

OS TRATADOS ADE DO REINADO DE ASSARHADON: CONTEXTO E SIGNIFICADO

Por ANTONIO RAMOS DOS SANTOS

*Assistente da Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa (Instituto Oriental)*

Abstract

The more the power of Assyria grew, the greater became the role treaties played in its territorial expansion, as more and more nations exposed to its threat sought peace or alliance with it.

The Assyrian solution to the problem was to set up a mechanism geared to detect and nip all treacherous activities in the bud: pacts of loyalty obliging every Assyrian subject to accept and protect the sovereignty of the ruling king (or his heir apparent) and to immediately report any activities undermining this sovereignty to the king.

It was above all a true superpower making use of all the classic means of political manipulation in its dealings with other nations.

(Página deixada propositadamente em branco)

Os factos

A morte de Senaquerib marcou o ponto culminante de uma das crises de sucessão mais graves da história assíria.

O rei defunto teve pelo menos quatro filhos. O primogénito desaparecera no Elam, o príncipe herdeiro deveria normalmente ter sido Arad-Ninlil, seu segundo filho, mas Senaquerib escolheu o mais jovem, Assarhadon, nascido da sua segunda esposa Zakutu, que exercia sobre ele uma forte influência (1).

Levados pelo ciúme, Arad-Ninlil e o seu irmão (ou irmãos?) conjuraram de tal forma que o rei preferiu afastar o jovem príncipe para um lugar seguro, mantendo a sua decisão.

Após o assassinio do rei, enquanto os irmãos de Assarhadon disputavam a coroa, este apressou-se a regressar a Nínive com vista a aí fazer valer os seus direitos (2).

As tropas que lhe deviam barrar o caminho passaram para o seu lado. Entrou na capital, em Março de 681 a. C, tendo os seus irmãos fugido para o Urartu, mas os oficiais que os haviam ajudado foram mortos com a sua progenitura (3).

O primeiro gesto do novo soberano foi o de expiar o pecado que havia cometido Senaquerib ao destruir Babilónia: ele decidira reconstruí-la (4).

A cidade não fora inteiramente arrasada, como pretendia Senaquerib, mas ficou bastante danificada, porquanto a sua reconstrução ocupou todo o reinado, e Marduk retido como prisioneiro em Assur, não pôde obter de novo o seu templo senão em 668, um ano após a morte do rei. Através deste acto de piedade, mas também de justiça e de sabedoria, Assarhadon conquistou o coração da maior parte dos seus súbditos babilónicos (5).

Exeptuando uma tentativa abortada do filho de Merodach-Baladan para se apoderar de Ur e dos dois levantamentos arameus (dos Dak-kurú), rapidamente reprimidos, as províncias do Sul mantiveram-se calmas. E foram os próprios babilónios que rechaçaram o rei do Elam Humban-haltash, quando, em 675, este invadiu o país.

Na Fenícia, outro ponto quente do império, Assarhadon utilizou a força.

Em 676, capturou e mandou decapitar Abdi-milkuti, rei de Sídon, que se revoltara; os habitantes foram deportados para a Assíria e o seu território transformado em província tendo por capital uma cidade nova baptizada Kar-Assarhadon.

Alguns anos mais tarde, ele impôs a Ba'al, rei de Tiro, um tratado remetendo-o inteiramente para esfera dos assírios, que controlaram daí em diante todo o comércio fenício (6)

Estas medidas enérgicas asseguravam — pelo menos temporariamente — a paz nas costas mediterrânicas e permitiram a Assarhadon ocupar-se com os graves problemas que começavam a colocar-se a norte e a leste.

No começo do século vu, vários grupos de citas (em assírio *iskuzai*) (7), povo de cavaleiros nómadas que praticavam transumância nas estepes ao norte do mar Negro, entre o Dniepre e o Volga (8), ultrapassaram o Cáucaso, e misturaram-se com os Cimérios, já estabelecidos na Ásia Menor e no Irão (9).

A chegada destas tribos guerreiras contribuiu para um desenvolvimento das actividades predadoras destes últimos, conduzidos por um tal Teushpa. Em 679, ambas as tribos irromperam sobre o flanco sul do Taurus, ameaçando as guarnições assírias instaladas em Tabal, suscitando rebeliões anti-assírias entre os príncipes da Cilícia vassal da Assíria.

Num contra-ataque fulgurante, Assarhadon obrigou-os à retirada. Tais tribos viraram-se, então, contra o reino da Frigia.

Feliz de ver o perigo desviado dos seus territórios, o rei assírio acertou a paz com os cimérios, tendo casado uma das suas filhas com o rei cita Bartatua, para cimentar a paz.

Em 673, ele repeliu sem dificuldades um fraco ataque, efectuada por Rusa II do Urartu.

Os Urarteus contavam-se entre os inimigos mais constantes e difíceis dos Assírios, porquanto os seus monarcas, herdeiros dos hurritas, pretenderam desde sempre, dominar a região (10)

A leste, entretanto, os esforços repetidos dos Assírios para obterem o tributo devido dos Mannai — agora misturados com cimérios e citas — saldaram-se num falhanço (11)

Não menos recalcitrantes eram os medos, que ocupavam todo o planalto iraniano ao sul e a leste do lago Urmiah e que Kastaritu começava a fazer parecer um esboço de reino.

Assarhadon fez o que pôde para remediar uma situação cujo efeito imediato era o de reduzir consideravelmente o aprovisionamento em cavalos do exército assírio e cujas consequências de longa duração eram por ele percebidas. Lançou contra os medos vários ataques de longa distância e tomou sob a sua protecção três dos seus grandes príncipes, que lhe haviam solicitado socorro contra os seus próprios vassallos. Não tendo contudo submetido os medos, estava aberto o caminho para a criação de um reino próprio (12).

Mais ao sul, uma série de campanhas no Zagros Central forneceu-lhe o Ellipi (região de Kermanshah), aliou-se aos Gambulû, tribo aramaica da margem esquerda do Tigre, pensando dessa feita criar estados-tampão entre o Elam e a Mesopotâmia (13)

O Elam não era, de resto, nessa época recedado. Em 674, Utaki sucedia ao seu irmão Humban-haltash, morto subitamente, que demonstrava uma disposição de amizade para com a Assíria, chegando até à entrega de estátuas divinas tomadas pelos seus predecessores e à nomeação de um embaixador permanente em Nínive.

Praticando a política de aliar a força à diplomacia, conferia uma estabilidade ao império; Assarhadon não perdia de vista o seu grande intento: conseguir êxito onde o seu pai falhara e conquistar o Egipito. As circunstâncias pareciam mais favoráveis do que nunca.

O Egipito estava então dividido em múltiplos reinos, sendo o mais importante o de Saís, no Delta, governado por Necau (Nikku), descendente de um faraó libio.

Mas depois de 715, todos esses reis obedeciam aos soberanos da XXV dinastia, originária do país de Kuch (a Alta Núbia, o Sudão actual!) que residiam em Tebas.

Na época de Assarhadon, esse faraó chamava-se Taharka, que reinava desde 689 (14).

Os Egípcios detestavam os cuchitas e o rei da Assíria deveria ter pensado que lhe bastava apresentar-se como libertador para que eles se colocassem do seu lado, fazendo da sua campanha um simples passeio militar, no que se enganava profundamente.

Desde 679, ele retomara a zona fronteira de Gaza (Uadi el-Arich, no Negeb), conquistada e perdida por Tiglat-Pileser III (15).

Taharka não reagira, mas seis anos mais tarde, Assarhadon opôs-se às suas tropas vindas em socorro de Ascalon revoltado e perdeu a batalha. Entretanto o monarca assírio esforçara-se por ganhar a amizade dos árabes estabelecidos em torno do mar Morto, pois sem

a sua cooperação — ou pelo menos da sua neutralidade — ele expunha-se ao atacar o Egito a que eles molestassem na passagem ou cortassem as suas vias de comunicação.

Ele devolvera a Haza'el a sua esposa e os seus deuses, de quem Senaquerib tentara outrora apoderar-se, e defendera o seu filho Uatê (Yatá) contra um rival mediante tributo.

Mas os orgulhosos árabes nómadas nunca foram tributários e, mais tarde, ele deveria ter de esmagar uma revolta desse mesmo Uatê.

Em 671, Assarhadon reunira um grande exército tendo finalmente lançado o assalto do Egito ⁽¹⁶⁾.

Ladearam o mar através de Rapihu (Tell Rifah, ao sul de Gaza), os assírios atravessaram pela primeira vez, o deserto do Sinai. Após o que penetraram no Delta do Nilo.

O exército de Taharka ofereceu uma resistência obstinada e a conquista fez-se passo a passo, sem dúvida ao preço de pesadas baixas ⁽¹⁷⁾.

Mas Taharka não se considerava batido. Dois anos mais tarde, ele regressa do Alto Egito, onde se refugiara, retoma Mênfis e fomenta uma revolta contra os assírios no Delta. Assarhadon estava de novo a caminho para o Vale do Nilo, quando, chegado a Harran, cai gravemente doente e morre (669 a. C.) ⁽¹⁸⁾.

Três anos antes, em Maio de 672, ele havia reunido «o povo da Assíria», assim como os embaixadores estrangeiros e os representantes de todas as regiões do império, e havia solenemente proclamado o seu filho Assurbanípal príncipe herdeiro e outro dos seus filhos, Êamas-sum-ukín, rei de Babilónia.

Igualmente fizera assinar aos príncipes vassalos tratados de lealdade (*adê*), dos quais foi descoberto em Nimrud um, relativo aos príncipes dos Medos ⁽¹⁹⁾.

O monarca assegurava, dessa forma, a continuidade da dinastia e do Império ⁽²⁰⁾.

O significado

Em todas as fronteiras assírias, o fenómeno da guerra esteve presente em estado endémico ⁽²⁰⁾; no interior o Império foi sacudido por graves crises políticas.

O reinado de Assarhadon não foi excepção; este soberano enfrentou a oposição desde o processo da sua ascensão ao trono.

No contexto externo, as guerras de desgaste, especialmente as respeitantes ao problema babilónico e as de carácter defensivo que

visavam prevenir um perigo ou assentar mais solidamente a dominação, distinguíam-se como formas de preservar a integridade do território.

A tomada de Sídon em 667 e o tratado imposto a Ba'al de Tiro são disso exemplo ⁽²¹⁾. Mas foram as sublevações esporádicas ou generalizadas, que os soberanos se viram obrigados a combater durante largos anos, antes de conseguirem algo mais do que a simples trégua.

Assarhadon viu-se forçado a uma política defensiva nos mesmos teatros de operações durante os primeiros cinco anos do seu reinado.

Certamente que a estrutura do Império não é alheia a tal estado de coisas. O equilíbrio delicado entre os diversos parceiros depressa quebrava ⁽²²⁾. Desde Sargão II que a maior parte dos soberanos deixava aos seus generais a condução das campanhas militares e a responsabilidade da guarda das fronteiras. O rei reservava para si o domínio das grandes opções políticas; personalidade inacessível, tornou-se prisioneiro da corte onde predominavam as intrigas e as conjuras ⁽²³⁾.

O confronto entre estratos do mesmo grupo social — a nobreza, era visível desde muito cedo. Mas é a partir de 827 que uma oposição violenta se manifesta latente na Assíria, não sem que anteriormente se tenham registado graves crises: Tukulti-Ninurta I fora assassinado em 1208 por um dos seus filhos.

Mas no final do reinado de Salmanasar IIIa revolta estalou tendo durado cinco anos. Entre as cidades rebeldes não se contavam nem a capital nem as províncias provenientes da conquista, e em particular as dos grandes dignitários, que não se levantaram contra o poder real.

As novas províncias eram infinitamente mais vastas do que as circunscrições territoriais assírias tradicionais, os seus titulares disputavam de rendimentos bastante mais importantes.

O governador vivia dos rendimentos da sua província, pois tudo leva a crer que o sistema em vigor continuava a ser o implantado no século XIV. Nestas condições, a rebelião de 827 pode considerar-se como uma revolta da pequena nobreza contra os grandes senhores, beneficiários da «boa-vontade» real, fruto da desigualdade profunda existente no seio da nobreza.

Ao examinarmos a natureza do Império Assírio, surge imediatamente a questão do desenvolvimento do poder absoluto sobre o Estado, considerado como posse do soberano que o encarna.

O verdadeiro proprietário é o deus, o rei é o seu administrador, o *sangû*. Este exerce a sua autoridade sobre a grande massa de súb-

ditos que são apenas «servidores», tal como ele próprio é o servidor da divindade. Esta situação de subordinação é caracterizada pela palavra *urdu* que pode patentear, conforme as circunstâncias, o significado de escravo, de servidor ou súbdito.

Em todos os casos ou súbditos do monarca, mesmo que desempenhem um papel eminente, devem cumprir o «serviço real», o *dullu sa sarri*.

Nessas condições, não é de espantar que todos devessem prestar os juramentos de fidelidade absoluta, os *adé*.

As múltiplas alusões contidas nos arquivos de Nínive demonstram claramente que todos os grupos sociais são sujeitos a essas convenções juradas. Os responsáveis pela manutenção da ordem numa região rebelada passavam os *adé* aos que pretendessem realizá-los recendo represálias. Não se hesitava, se necessário ao seu recrutamento, porquanto as cláusulas desses juramentos previam a obrigação de fornecer informações, de vigiar a favor do rei assírio, de obedecer às suas instruções, de romper todas as relações com os seus inimigos, de assistir, por sua vez, às expedições.

Tal procedimento foi adoptado por Assarhadon para garantir a sucessão de Assurbanípal; foi o que utilizara Zakitu com o mesmo objectivo⁽²⁴⁾.

Os textos demonstram que os representantes de todas as camadas sociais na Assíria deviam empenhar-se em respeitar essa decisão, desde os príncipes de sangue até aos simples «cidadãos», homens e mulheres.

Já anteriormente a escolha de Senaquerib fora confirmada por juramentos desta natureza. Eles tornaram-se um verdadeiro «modo de governo».

O caso de Assarhadon é instrutivo no que respeita ao facto de a sua morte ser propícia para a conjura. Justificação de uma nova legitimidade.

A correspondência demonstra que a prestação desses juramentos políticos tinha lugar nos templos de certas grandes cidades, não somente na Assíria, mas também em Babilónia, Nippur, Uruk, o mesmo no sul, em Kisig, que parece ter sido um importante centro para os países do mar e os territórios das grandes tribos semi-nómadas da região.

Vulgarmente o rei fazia-se representar por um alto funcionário, o representante do palácio *sa pân ekalli*, o qual, acompanhado de um guarda-real, era portador de uma tabuinha selada pelo rei, onde se encontravam as fórmulas do juramento.

Se o alto dignitário do palácio real não se encontrava presente

para acompanhar ele próprio o documento oficial e presidir às cerimónias da prestação do juramento, delegava os seus poderes em um dos seus oficiais, e a tabuinha deveria ser enviada sem demoras ao palácio.

A prestação destes «comprometimentos jurados» detinha uma importância particular nas regiões onde a influência assíria não era a toda a prova, como era o caso dos países do mar ⁽²⁵⁾.

Os textos denominados *adê* em neo-assírio devem ser vistos como tratados no sentido próprio da palavra.

Como I. J. Gelb, muitos estudiosos desde os anos 60 vêem os textos *adê* como pactos jurados de lealdade impostos pelo rei da Assíria aos seus vassalos ou súbditos.

Alguns apontam-os apenas como juramentos e não como tratados, pactos ou verdadeiramente qualquer espécie de acordo formal entre as duas partes ⁽²⁶⁾.

Os *adê* ligavam ao soberano através de um laço pessoal os dignitários do reino, incluindo os príncipes de sangue real, os funcionários, os oficiais e as suas tropas (nas guarnições ou em campanha), as corporações religiosas ou laicas e as tribos submetidas e os reis vassalos.

A prestação desses juramentos era levada a efeito num lugar sagrado, em presença das estátuas divinas. Os deuses garantes eram os do rei, de forma que, fora da Assíria, as imagens das divindades assírias eram transportadas ao lugar do juramento.

A cerimónia não podia ser celebrada senão em dias reconhecidos como favoráveis pelos adivinhos.

Ela compunha-se de certos gestos sacramentais, certas manipulações mágicas, acompanhadas de múltiplas maldições cujo efeito deveria fazer sentir-se sem remissão possível sobre o violador. Os ritos eram levados a efeito com água e óleo, isto segundo os detalhes de alguns dos Anais ⁽²⁷⁾

Simultaneamente aos níveis religioso e jurídico, o aspecto político ressalta, porquanto ele completa e reforça os anteriores na empresa militar da Assíria sobre os seus «clientes», os seus vassalos e os seus aliados. Todos eram «fiéis súbditos» do rei (*ardútu*), o que equivale a um reconhecimento público de obediência e de devoção.

D. J. Wiseman, ao falar da utilização dos *adê* por Assarhadon ⁽²⁸⁾, define este tipo de documento como um tratado de lealdade.

O principal exemplo neste reinado é o referente à sucessão do trono assírio, estipulando a lealdade para com Assurbanipal ⁽²⁹⁾.

A cerimónia teve lugar na presença de Assarhadon e de todos os seus filhos sobre os quais Assurbanipal detinha já precedência.

Em 672 a. C., o monarca estava no auge do seu poder político e os países cujos delegados estavam presentes incluíam outros forçados a reconhecer a sua soberania — Egipto, Elam, os Árabes dos desertos do Oeste, as cidades-estado da Síria, Palestina (incluindo Manassés de Judá), Tiro, Sidon e também a distante Cilícia, Chipre, Arábia do Norte, todos esses povos foram registados como trazendo o seu tributo, seguido às suas campanhas ⁽³⁰⁾.

A presença demonstrativa de todos eles era necessária para tornar o acordo solene e salvaguardar a sucessão. Os termos exigiam que estes fossem endossados por todos os dirigentes que possuíssem territórios adjacentes à própria Assíria e que as cópias do texto fossem guardadas por eles para referência e confirmação periódica.

A presença de uma cópia deste mesmo tratado em Assur é mais uma indicação de que eram guardadas cópias por outros participantes para além das tribos de Leste ⁽³¹⁾.

* * *

Basicamente todos os tratados (*adê* e juramentos de fidelidade) ligavam acordos políticos, pactos ou tratados, cuja natureza exacta era determinada pelo *status* mútuo das partes contratantes ⁽³²⁾.

A natureza particular dos *corpus* presentes deriva do grande equilíbrio de poder entre essas partes, sendo uma delas o rei da Assíria.

Enquanto dirigente de uma grande potência, o rei assírio estava em posição para ditar os termos da maior parte dos acordos que ele concluía e para obter concessões unilaterais da restante parte contratante. Contudo é importante ter em conta que este nem sempre era o caso.

Em algumas situações o dirigente assírio também era forçado (ou via nisso alguma vantagem), a fazer concessões para obter um acordo por ele desejado. A extensão das concessões que ele estava pronto a fazer estava directamente relacionada com o poder de negociação da outra parte contratante.

Deste modo, os tratados podem ser divididos em dois tipos-base: acordos que envolvem ou não concessões da parte do rei assírio. Por outras palavras, trata-se de acordos «bilaterais» ou «unilaterais».

Todavia, podemos referir-nos a estes como tratados, porquanto a outra parte contratante é, em cada texto, ou um dirigente ou uma nação, normalmente ambos.

Tendo em vista a total compreensão da natureza e função desses tratados, é necessário considerar cuidadosamente as situações típicas nas quais os tratados neo-assírios eram concluídos.

O assunto pode ser estudado a partir das inscrições reais e de outros documentos contemporâneos, que eram mais numerosos do que aqueles que actualmente estão preservados ⁽³³⁾.

Poucos foram os tratados verdadeiramente «impostos» à outra parte contratante. Pelo contrário, a maior parte deles, mesmo os que pertenciam inequivocamente à classificação de unilaterais, foram concluídos com a parte «subordinada». Perguntaremos então como é isso possível, se os termos dos tratados nos parecem ser tão desiguais? A resposta é, todavia, clara e mesmo óbvia. Em cada um dos casos, a parte restante tinha temporariamente algo de muito importante a ganhar da Assíria (na maior parte das vezes ajuda militar, mas também apoio político, aliança, ou simplesmente a paz) por troca com as concessões feitas.

Por outras palavras, mesmo parecendo serem tratados desiguais, eram aceites por terem sido vistos como «bastante bons negócios» pela parte que hoje consideramos a lesada. O que em qualquer caso era posição oficial assíria, pois todos os tratados concluíam por parte do monarca assírio como sendo um favor real para com a outra parte, que implorava de joelhos. A locução era, segundo Parpóla e Watanabe, «to grasp the King's feet». O «favor» ou «benefício» (*T3bu*) tornou-se efectivamente um sinónimo de «tratado» (*adê*).

Estes «favores» tinham um preço final ligado à sua própria noção, explicitado nos termos do tratado. Este poderá não ter tido consequência maior na época em que fora imposto. Na prática, contudo, podia significar frequentemente a perda da independência política do «beneficiário» ⁽³⁴⁾

A função dos tratados nas políticas imperiais neo-assírias emerge claramente a partir de alguns poucos exemplos típicos, como o tratado com o Elam concluído por Assarhadon com Urtaku em 674 a. C. e descrito na inscrição assíria da seguinte forma:

«The Elamite and the Gutian, obstinate kings whose relations with my royal forefathers had been inimical, heard of the might of Assur that I had displayed to all enemies; fear overcame them, and in order to keep the border to their countries unviolated they dispatched their messengers of friendship and peace (*sa tubj u sulum-mê*) to me to Nineveh and swore an oath by the great gods.» ⁽³⁵⁾

De realçar que o tratado é explicitamente identificado como um *adê*, comparando a frase da inscrição real com uma carta dirigida a áulmu-ahu, ambas falam de um tratado de paz e demonstram que este era um acordo jurado.

Pode-se ainda classificá-lo como um pacto de não-agressão, pois o motivo que estava por detrás do desejo de paz elamita provinha claramente do medo de uma invasão assíria. Mas esse pacto era também do interesse assírio, o que está patente na passagem da carta que se refere ao próprio tratado:

«Last year, when the Palace Superintendent and the Magnates went down to Chaldea, the brothers of the king of Elam tried to incite their brother the king, saying: 'Let us gather an army, crossover to Chaldea and take it away from Assyria.' The king of Elam, however, did not sin, but refused to listen to them, saying: 'I shall not violate the treaty (adê)'.» (36)

Mas outros tratados estavam mais dirigidos para o estabelecimento das fronteiras, para a paz. Seriam garantes da estabilidade e continuidade das dinastias reinantes tanto na Assíria como na Babilônia.

Ofereciam a possibilidade de desculpa conveniente para interferir nos assuntos de outros países em tempos de tumulto político (37)

Embora a palavra «tratado» fosse pensada, ela não é mencionada explicitamente em dois tratados concluídos por iniciativa lidia, mas é implícita. Ambos providenciavam a ajuda assíria para o país na altura de emergência premente; em troca, a Lídia juntava-se às hostes dos aliados e vassalos da Assíria na audiência real em Nínive.

Tal decisão significou um fardo pesado para a Lídia que foi concluído com um acordo escrito — um «pacto de assistência mútua», pré-condição para a ajuda fornecida pela Assíria.

Mas o método clássico para formar alianças através de casamentos políticos está também bem atestado na Assíria.

O casamento era certamente um bom negócio para ambas as partes.

Para o rei cita, significava um aliado poderoso portador de um relativamente grande dote; para o futuro sogro, era uma maneira fácil e barata de adquirir controlo sobre uma perigosa nação nómada que assolava as fronteiras do Império.

Para ajudar à lealdade dos seus parceiros no tratado, o rei assírio não se afastou, assumindo, por vezes, o papel de um feliz camareiro real (38).

Os Assírios estabeleciam tratados também com príncipes expatriados e com a nobreza que demandavam a corte de Nínive à procura de abrigo. O rei assírio tinha um soft *sopt* para com essas pessoas e de bom grado lhes providenciava o asilo de que necessitavam.

Ele estava desejoso de os ajudar a regressar aos países natais e com o auxílio do exército assírio, corrigir a injustiça que tinha sido cometida para com estes.

Tudo isso, é claro, na condição de que o favor lhe fosse retribuído.

O papel dos tratados, neste contexto, é ilustrado pelo episódio do reinado de Assurbanípal, quando, seguidamente à morte de Urtaku em 664, em usurpador denominado Teumman assumiu o trono do Elam e começou a eliminar os seus adversários. Dez anos mais tarde utilizando uma alegada provocação de Teumman, Assurbanípal começou um ataque destrutivo contra o Elam. Existem dois pontos significativos no processo de recondução dos dois príncipes ao Elam. Primeiro, as tropas assírias invadiram o país sobre o comando elamita. Segundo, apesar da propaganda oficial, o objectivo real da operação foi certamente colocar o Elam na dependência assíria. Terceiro, como era de esperar, os «testa de ferro» elamitas estavam obrigados para com o benfeitor através de tratados jurados.

Outro modo de tomar o controlo de um país através de um «testa de ferro» era através da importação de crianças de reis estrangeiros para Nínive, educá-los na corte real até estarem completamente assírianizadas, e então, no momento seguinte, instalá-los nos tronos dos vários países.

O *status* e obrigações desses elementos era, também nesses casos, regulamentado por tratado. Vários tratados eram assim concluídos com inimigos rendidos face a uma aproximação do exército assírio num acto de força.

Em contraste, procuram os historiadores em vão tratados impostos a inimigos derrotados. Tais indivíduos não tinham utilidade para a Assíria; eram eliminados e substituídos por gente pronta e desejava de cooperar.

Todos os tratados neo-assírios eram tratados jurados e os que o não eram tornavam-se autênticas maldições contra a parte que os traía. Maldições escritas literalmente no próprio tratado ⁽³⁹⁾.

* * *

O Império Assírio ficou na história como uma implacável potência militar. Consequentemente, é-se facilmente levado a pensar que os Assírios se expandiram primeiramente através das armas e agressões limitadas.

Como vimos, contudo, a verdade é algo diferente. Na realidade, a expansão da Assíria teve lugar menos dramaticamente, quase imperceptivelmente, através de acordos políticos com dirigentes estrangeiros, ou futuros dirigentes, que procuravam ajuda militar, paz ou outros favores do rei assírio. Ao assinarem tratado com este monar-

ca, tais dirigentes trocavam a sua independência nacional pela vassalagem assíria.

E desde que o domínio absoluto do senhorio assírio fosse formal não havia saída para ele. A quebra dos tratados era severamente punida; tarde ou cedo os exércitos assírios se precipitavam sobre o país rebelde, o qual era posteriormente destruído e anexado à Assíria.

Sem dúvida que os reis assírios preferiam a «expansão por tratados» à expansão pela agressão.

Empreender a guerra era oneroso e consumia tempo, gastava recursos da Assíria e do país-alvo. Contrastando com as vantagens de adquirir vassalos e aliados através da diplomacia, este último método era bem mais vantajoso. Esboçados astuciosamente, os tratados adicionavam tropas vassálicas ao exército do rei assírio, canalizando uma porção significativa da riqueza do tesouro imperial, e submetendo o seu país a um processo de gradual assirianização, certo de fazer a total anexação mais facilmente e em maior escala — tudo isto por pouco ou sem custos extras. Que mais poderia um ambicioso monarca esperar?

Por outro lado, os tratados quebrados também produziam uma vantagem para a Assíria, pois as medidas de índole militar necessárias para anexar um país eram convenientemente sancionadas pelas maldições escritas nos tratados. Ao nível ideológico, todo o tratado quebrado era um pecado contra o deus Assur e portanto a invasão do exército assírio podia ser justificada através da representação deste como sendo a «espada de Assur» que o pérfido vassalo tinha por si próprio chamado sobre a sua terra.

Quanto mais o poder assírio crescia, maior se tornava o papel que os tratados desempenhavam na expansão territorial, e cada vez mais as nações expostas à sua ameaça procuravam a paz ou uma aliança com ele.

«Using a parable, one could say that from the early 7th century on, the empire grew by its own weight like a downhill-rolling snowball.» (40)

O problema de maior dimensão enfrentado pela política expansionista de Nínive era o da estabilidade do Império.

Enquanto as ameaças externas e levantamentos locais podiam sobre condições normais serem facilmente contidos mesmo por governadores provinciais, a capacidade de fazer face a tais desafios estava seriamente enfraquecida nas épocas de lutas pelo poder, porquanto estas paralisavam as normais funções do Estado.

A solução assíria para o problema era montar um mecanismo ge-

rado para detectar e punir todas as actividades traiçoeiras logo no começo; pactos de lealdade obrigando cada súbdito assírio a aceitar e proteger a soberania do rei governante (ou o seu herdeiro legítimo) e para relatar imediatamente algumas actividades que enfraquecessem a soberania régia.

Tais pactos de lealdade e colaboração parecem ter sido tipicamente impostos após guerras civis designando oficialmente o herdeiro legítimo.

Os documentos são do século vu e crê-se representarem um desenvolvimento tardio ⁽⁴¹⁾. O que se verifica é que os tratados desempenharam várias funções centrais importantes na política imperialista assíria. Eles eram os verdadeiros meios de ampliação do Império, construindo novas aquisições permanentes, regulamentando o comércio internacional, canalizando os fluxos de mercadorias e matérias-primas para o centro do Império, acrescentando o exército imperial, atando as mãos às potências inimigas, e assegurando a salvaguarda do rei e transferência de poder para um sucessor da própria escolha do monarca.

Em resumo, eles eram os meios que fizeram verdadeiramente um império do reino assírio.

A partir da forma sistemática e rotineira com que se utilizavam na política quotidiana, é claro que eram parte de uma sofisticada e bem testada estratégia desenhada para trazer continuamente novas nações para a influência do monarca assírio. Naturalmente, eles não podiam ter o impacto desejado sem o suporte de um exército forte. E de uma vontade para o usar com dureza e sem hesitação; mas o seu papel central nas políticas imperiais demonstra que a Assíria era algo mais do que apenas a crua potência militar que está descrita nos livros escolares.

Era acima de tudo uma verdadeira «superpotência» fazendo uso de todos os meios clássicos de manipulação política na sua relação com as outras nações.

Os Assírios concluíram pactos de amizade mútua e assistência, apenas para mais tarde invadir um país «por convite»; vendiam armas e assistência militar para governos instáveis somente para os acrescentar à sua esfera de influência; adquiriam zonas satélites através da instalação metódica de «testas de ferro» seus, em países comprometidos na estabilidade política.

Tais métodos parecem tão familiares que os assírios bem podiam ter escrito um moderno manual da expansão territorial através de meios diplomáticos.

NOTAS

(1) Cf. G. ROUX, *La Mésopotamie*, Paris, Ed. Du Seuil, 1985, pp. 283-284.

(2) Assur-aha-iddin — «o deus Assur deu um irmão».

(3) «Belit-abi-usur, the female magician, has brought the royal garments to Akkad. She prophesies return to Assyria and the securing of the royal throne. Brings an oracle from Ishtar: «The enemies of the king I shall conquer, those who take not the side of the king I shall not grant a throne.» A. T. OLMSTEAD, *History of Assyria*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press, 1957, p. 337.

(4) «Les dieux, dans leur colère, avaient décrété que la ville devait rester en ruine pendant soixante-dix ans, mais les prêtres trouvèrent un moyen de contourner cet obstacle: «Marduk le miséricordieux retourna la tablette des Destins et ordonna que la cité soit restaurée dans la onzième année»; en effet, en écriture cunéiforme le chiffre 70 renversé devient 11, comme notre chiffre 9 devient 6. Toute la population de Babylone fut mobilisée pour «porter le couffin» et Babylone fut non seulement reconstruite, mais «agrandie, élevée jusqu'aux cieux et rendue magnifique. «G. ROUX, *op. cit.*, p. 284.

(5) «Il problemj della difficile successione si intrecciono probabilmente con quelli della politica babilonese (nella misura in cui il partito di Esarhaddon era 'filo-babilonese' o favorevole comunque ad un atteggiamento meno duro). La distruzione di Babilonia aveva portato con sé contraccolpi anche religiosi, dato il prestigio dei templi e degli dèi babilonesi nella stessa Assiria. Esarhaddon, particolarmente influenzato da considerazioni di natura religiosa e magica (con una crescente ossessione per gli accertamenti mediante ogni genere di presagi), considerava con preoccupazione il comportamento 'empio' del padre. Fatto sta che nei rispetti della politica paterna operò una brusca svolta.» M. LIVERANI, *Antico Oriente — Storia, Società, Economia*, Roma, Editori Laterza, 1988, p. 805.

(6) «Selon les données chronologiques que nous pouvons tirer des chroniques d'Asarhaddon ainsi que de celles de Babylone, la prise de Sidon date de l'an 677 et l'exécution d'Abdi-Milkoutti de 676.

Entre cette dernière date et 671, qui marque la révolte de Tyr, une période de tranquillité relative s'établit. A cette époque, appartient la liste des rois vassaux (...) De cette époque doit dater aussi un traité entre Asarhaddon et Baal de Tyre. Bien qu'il nous soit parvenu dans un état assez fragmentaire, c'est un document d'une importance capitale pour connaître les liens politiques entre l'Assyrie et la Phénicie.» S. MOSCATI, *Les Phéniciens*, Paris, Fayard, 1983, p. 41.

(7) Cf. G. ROUX, *op. cit.*, p. 285.

(8) «Les anciens Grecs appliquaient sans distinction le nom de Scythes, Sakes ou Caha à tous les nomades de la steppe. Au II^e siècle de notre ère, Ptolémée appelle 'Scythie' l'Asie centrale. Hérodote, dont certaines recherches récentes ont confirmé la véracité, croyait que les Scythes étaient d'origine asiatique et qu'à une date inconnue ceux d'Asie s'étaient séparés de ceux des bords de la mer Noire. (...) Les documents assyriens les mentionnent pour la première fois dans cette région sous le règne de Sargon (722-701 av. J.-C.)» T. TALBOT RICE, *Les Scythes*, Paris, Arthaud, 1958, pp. 32 e 34.

- (9) «Esarhaddon (680-669 B.C.), usurped the throne and had to pacify Assyria as well as to fight against new enemies from the mountains, the Scythians and Cimmerians.» L. OPPENHEIM, *Ancient Mesopotamia*, Chicago e Londres, the University of Chicago Press, 1972, p. 169.
Ver W. VON SODEN, *Einführung in die Altorientalistik*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1985, p. 27.
- (10) Cf. P. PETIT, *O Mundo Antigo*, Lisboa, Ática, 1976, p. 68.
- (11) Cf. G. ROUX, *op. cit.*, p. 285.
- (12) J. KLÍMA, *Sociedad y Cultura en la Antigua Mesopotamia*, Madrid, Akal Editor, 1983, p. 57.
- (13) G. ROUX, *op. cit.*, p. 285.
- (14) «In 671 B. C. Esarhaddon finally tired of the continual provocation sponsored by Taharka and planned a direct assault on Egypt itself. He thrust across the desert with his incomparable troops in a series of forced marches and swooped at once on Memphis.» M. WHITE, *Ancient Egypt. Its Culture and History*, Nova Iorque, Dover Publications Inc., 1970, p. 193.
Cf. ainda J. VERCOUTTER, *L'Égypte Ancienne*, Paris, PUF, 1963, pp. 110-112; A. GARDINER, *Egypt of the Pharaohs*, Oxford University Press, Londres, Oxford, Nova Iorque, 1961, pp. 345-346.
- (15) Já anteriormente os antagonismos entre assírios e egípcios se tinham manifestado. Cf. G. ROUX, *op. cit.*, p. 286. «O exército assírio desceu ao longo da costa e atingiu Gaza e a 'ribeira do Egípto' (Wadi el Arish), impedindo dessa forma toda a possibilidade de auxílio egípcio. E só em seguida se voltou contra Israel, cujo território foi ocupado. Isto em 733.» A. A. TAVARES, *Estudos da Alta Antiguidade*, Lisboa, Editorial Presença, 1983, p. 192.
- (16) «Le comble de l'expansion assyrienne est atteint au VII^e siècle av. J.C., quand les armées du roi Esarhaddon pénètrent en Egypte et prennent possession du pays. Nous sommes en 671, année mémorable: pour la première fois, une des deux vaines engagées dans la rivalité millénaire remporte la victoire; pour la première fois — fût-ce momentanément — l'orient ancien se trouve réuni en un seul Empire et l'ancienne aspiration à la domination «des quatre parties de la Terre» devient réalité. (...) l'occupation de l'Égypte dura moins d'une vingtaine d'années.» S. MOSCATI, *L'Orient avant les Grecs*, Paris, PUF, 1963, pp. 77-78.
- (17) Cf. J. B. PRITCHARD, *Ancient Near Eastern Texts Relating to the Old Testament (ANET)*, Princeton, Princeton University Press, 1969, p. 293.
- (18) «On the departure of Esarhaddon, Taharka emerged once more and retook Memphis, with the help of several of the governors appointed by the Assyrians. Enraged at this news, the king of Ashur marched immediately on Egypt, only to fall sick and die en route. But Assyrian vengeance was merely postponed.» M. WHITE, *op. cit.*, p. 193.
- (19) Cf. J. B. PRITCHARD, *ANET*, pp. 534-541.
- (20) «Assarhaddon, souverain avisé et brave, s'était toujours souvenu de ses difficiles débuts; il avait tenu à s'assurer qu'aucune crise de succession se ne suivrait son décès.» G. ROUX, *op. cit.*, p. 287. Para a época em estudo, cf. Nigel STILLMAND, Ni-

gel TALLIS, *Armies of the Ancient Near East 3,000 BC to 539 BC*, Sussex, Wargames Research Group Publication, 1984.

(21) Cf. C. GARELLI e NIKIPROWETZKY, *El Próximo Oriente Asiático*, Barcelona, Ed. Labor, 1981, pp. 65-72.

(22) «The political structure in Assur was characterised by a certain delicate balance between the king and the various city-institutions, of which the assembly and the year eponym appear to have been the most important parts.» M. T. LARSEN, «The city and its King» in *Le Palais et La Royauté*, Paris, Geuthner, 1974, p. 299.

(23) P. GARELLI, *L'Assyriologie*, Paris, PUF, 1972, p. 73.

(24) Florence MALBRAN-LABAT, *L'Armée et l'Organisation Militaire de L'Assyrie*, Genève, Librairie Droz, 1982, pp. 200-201.

(25) «'... Lorque, le 16, avec le Représentant-du-Palais, je suis entré dans la ville de Kisig, de nombreux hommes du Pays-de-la-mer', fidèles sujets du roi, mon seigneur, sont venus me voir à Kisig. Le 17, nous leur avons fait 'prendre' les 'engagements jurés'. Le 18, nous sommes descendu au Pays-de-la-mer dont toute la population a manifesté son intention d'être de 'fidèles sujets' du roi» (id., p. 38).

(26) Cf., Simo PARPOLA e Kazuko WATANABE, *Neo-Assyrian Treaties and Loyalty Oaths*, Helsinquia, Helsinki University Press, 1988, p. XV.

(27) Florence MALBRAN-LABAT, *op. cit.*, p. 35.

(28) D. J. WISEMAN, *The Vassal - Treaties of Esarhaddon*, Londres, The British School of Archaeology in Iraq, 1958.

(29) «(...) the document sets out the *adé*, that is the 'treaty-terms' or the solemn charges or undertakings, ratified on oath in the presence of divine witnesses and imposed by Esarhaddon on the persons named. These *adé* (hereafter translated by the general term 'treaty' as an abbreviation of 'vassal-treaty stipulations') 'concern Ashurbanipal appointed crown-prince of Assyria, and Shamash-shum-ukin (appointed) crown-prince of Babylonia'» (id., p. 3).

(30) Segundo o assiriólogo D. J. Wiseman, o termo *lulime* poderá designar príncipes estrangeiros: «The whole army was present with its officers, the nobles with their sons and wives, the *lulime* and many representatives of subject territories» (id. p. 3).

(31) Cf. id., p. 4.

(32) Párpóla e Watanabe dividem, ainda, os tratados em tratados bilaterais e unilaterais. Acerca da tipologia diplomática, ver: Guy KESTEMONT, *Diplomatique et Droit International en Asie Occidentale (1600-1200 av. J.C.)*, Louvain-La-Neuve, Institut Orientaliste de Louvain, 1974.

(33) Cf. textos n.ºs 1, 2, 5, 9-10, 13, in Simo PARPOLA e Kazuko WATANABE, *op. cit.*, pp. XLIII.

(34) A acção expansionista assíria é por vezes classificada como uma forma de nacionalismo da Alta Antiguidade; cf. Anthony D. SMITH, *The Ethnic Origins of Nations*, Oxford, Basil Blackwell, 1986, e id., *Las teorías del nacionalismo*, Barcelona, ed. Península, 1976.

- (35) Simo PARPOLA e Kazuko WATANABE, *op. cit.*, p. XVII.
- (36) *Id.*, p. XVII.
- (37) *Cf. id.*, p. XVIII.
- (38) *V. idem*, p. XIX.
- (39) Quanto à estrutura e à forma dos tratados, *cf. id.*, pp. XXXV-XLII.
- (40) *Id.*, p. XXIV.
- (41) *Cf. ibidem*, p. XXIV.